

COMO CONTROLAR A INFLAÇÃO EM 85

72 NOV 1984 *Economia* *Brasil*

Contenção do déficit público, crescimento moderado e nata de medidas drásticas são conselhos ao novo governo.

O próximo governo não deverá adotar nenhuma nova medida drástica de combate à inflação, sob pena de agravar o problema social. Tampouco poderá ceder a grandes pressões para redistribuição de renda, sob pena de agravar a hiperinflação. Assim, o melhor caminho a ser seguido será adotar algumas medidas essenciais, como a contenção do déficit público, contentando-se com um crescimento moderado da economia em 1985.

Esta parece ser a média de opiniões entre economistas e empresários. Ontem, em Brasília, o vice-presidente do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais (IBMEC), Paulo Guedes, disse que o próximo governo deve aceitar crescimento anual da economia de 2,5 a 3%, em 1985 e 1986, e não entrar achando que o país pode crescer 7 a 8%, o que seria "puro charlatanismo. O novo governo brasileiro não pode ser financeiramente irresponsável como o de Alfonsín, sob pena de em um ano comprometer o restante do mandato" — alertou Guedes.

Em sua opinião, o futuro governo precisará tirar proveito da trégua nos preços internacionais do petróleo e completar o saneamento da economia para o país voltar a crescer às taxas históricas de 6 a 7% ao ano, até o final da década. Para isso, ele diz que o ponto básico será "a drástica cirurgia nos gastos públicos", única forma de reduzir a inflação.

Segundo o vice-presidente do Ibmc, a nova equipe econômica deverá continuar na perseguição da estabilidade monetária, na busca de menor déficit em conta-corrente e contenção de gastos do governo para evitar que a persistência do déficit público venha a penalizar ainda mais o setor privado da economia com a ampliação da carga tributária.

Guedes afirmou que os exemplos de Alfonsín na Argentina, Mitterrand na França e do próprio Figueiredo no Brasil devem servir de lição para que o próximo governo não entre "de pé trocado". Lembrou que o atual governo impôs ônus muito elevado à sociedade por tentar, em 1979 e 1980, gerar crescimento à base de déficit público, crédito subsidiado e expansão excessiva da moeda, o que contribuiu para a inflação e a asfixia cambial nos dois anos seguintes.

Apesar do ajuste interno e externo acertado com o Fundo Monetário Internacional, o corte no déficit público ainda não mereceu a ênfase exigida. Por isso, Guedes alertou que, se não cortar o déficit público a ponto de assumir o controle da moeda, da dívida



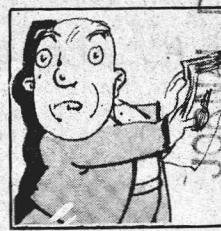
Moura da Silva



Garneiro



Rocca



interna e externa do governo, o sucessor de Figueiredo poderá ter o mesmo destino de Alfonsín, com o País mergulhando cada vez mais na hiperinflação, apesar do respaldo popular.

Diante da herança do gigantesco déficit público que se extravasa na dívida interna, depósitos em moeda estrangeira no Banco Central, na insolvência dos Estados e Municípios — inclusive dos bancos estaduais, no Sistema Financeiro da Habitação e na Previdência Social, o vice-presidente do Ibmc advertiu que não se pode cobrar taxas de crescimento do próximo governo.

"Estímulos artificiais acima da capacidade financeira do governo, com maior emissão de moeda, menos austeridade no controle dos gastos públicos ou volta dos subsídios, só servem para dopar a economia. A curto prazo, a inflação salta para 400 a 500% e, depois, o governo precisa, a exemplo do que ocorreu com o atual, começar a passar o filme pelo final" — destacou o vice-presidente do Ibmc.

Recuperação

A recuperação atual da economia, a curto prazo, independe da renegociação da dívida externa e, no âmbito interno, só pode ser ameaçada pelo combate à inflação, afirmou Adroaldo Moura da Silva, presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da Universidade de São Paulo. Mesmo reconhecendo que o patamar da inflação é alto, disse que não é desejável nem oportuno que o governo procure combate-la agora, pois isso implicará redução do nível de

atividade, o que não é política nem socialmente recomendável.

"Combater a inflação em 85 pressupõe o aborto da recuperação", acrescentou ao recomendar apenas cautela para que a inflação não "expluda", e não um esforço para reduzi-la. Ele lembrou que, após três anos de recessão, é preciso primeiro recuperar um mínimo na economia doméstica, com a reorganização do setor público. "O ano de 1985 deve ser de arrumação da casa, acumulação de reservas cambiais e preparação de uma reforma monetária para que em 1986 se possa combater eficazmente a inflação a um menor custo social."

Eficiência

As empresas privadas demonstraram eficiência econômica para, através de ganhos de produtividade, superar a recessão e partir para a nova etapa de retomada do crescimento, afirmou ontem o ex-secretário da Fazenda Paulista, Carlos Antônio Rocca. Mas argumentou que a efetiva recuperação da economia vai depender da estratégia do novo governo no combate à inflação, no financiamento não inflacionário do déficit público, nos termos da renegociação futura da dívida externa e na política de exportação que, por sua vez, estará atrelada ao comportamento da economia mundial e dos juros externos.

Em palestra aos analistas do mercado de capitais, Rocca disse que a adaptação do setor privado à realidade da crise cambial foi mais rápida até do que se podia prever. Lembrou que, entre 1980 e 1984, as importações, exceto petróleo, caíram de 5,1% do Produto Interno Bruto (PIB) para 2,6%, enquanto as exportações subiram de 10 para 15%. As vendas de manufaturados ao Exterior avançaram de 14 para 28% da produção industrial no período.

Otimismo

Ao contrário do que alguns economistas e empresários vêm prevendo, a inflação não deverá aumentar no próximo ano. Baixará para um nível entre os 230% esperados para 1984 e os 120% que o FMI deseja para 1985. Esta é a expectativa do presidente do Brasilinvest, Mário Garneiro, que ontem, em Porto Alegre, ainda se manifestou confiante em que continuem caindo as taxas de juros externos, até o nível de 10% ao ano.

"Não há nenhum fator objetivo, que possa puxar a inflação mais para cima", disse Garneiro, que não concorda com afirmações segundo as quais a massa reivindicatória do início do próximo governo poderá descontrolar os índices do custo de vida.